

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento é um dos temas-chave dessa edição de Política & Sociedade, objeto dos três primeiros artigos. A revista também traz debates sobre conceitos importantes para a sociologia contemporânea e três estudos sobre tópicos específicos.

Com base na análise de documentos do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), da FNP (Frente Nacional de Prefeitos) e da CNM (Confederação Nacional de Municípios), Antonia de Lourdes Colbari, no primeiro artigo desta edição, esmiúça o conceito de “desenvolvimento local”. Em “Estratégias institucionais e construções discursivas no campo do desenvolvimento local”, a autora observa os sistemas de crenças relacionados ao uso do conceito pelos diversos agentes sociais envolvidos no processo, descreve o caráter normativo das intervenções destinadas a estimular micro e pequenos empreendedores e aponta desafios para a governança no campo. “A visibilidade das mudanças no cenário de ideias e valores que embasam o campo do desenvolvimento local tem sido dificultada, em geral por ser este campo marcado pela sucessão de muitas experiências que se aglutinam, desaparecem ou reaparecem sob outra designação”, nota a autora. “O discurso sobre o tema é forte, envolvente e consensual, mas os resultados são pontuais, desarticulados e de baixa visibilidade”.

A articulação entre o desenvolvimento local e a expansão da atividade industrial é objeto do artigo seguinte. Em “CSN e Volta Redonda: uma relação histórica de dependência e controle”, Raphael Jonathas da Costa Lima oferece uma leitura socioantropológica do fenômeno *company town* e sugere que Volta Redonda ainda preserva características fundamentais deste modelo de controle e hierarquia do espaço urbano. Contra as interpretações que consideram o status de cidade-companhia superado no final dos anos 1960, Costa Lima sustenta que o desenvolvimento de Volta Redonda ainda depende de modo fundamental da Companhia Siderúrgica Nacional, por conta da preservação de dois princípios: “a perspectiva de mudança cultural executada através da política do ‘desnudamento’ e da ação civilizatória pela ‘instituição industrial-total’ comprometida com a conformação de um novo perfil de trabalhador;

e a manipulação intencional do *landscape* para fins de hierarquização/controlado do espaço social”. Para o autor, a privatização da companhia produziu “efeitos apenas pontuais sobre o desenvolvimento da região, não se transfigurando em uma revitalização do espaço socioeconômico”.

Passamos em seguida do desenvolvimento local ao desenvolvimento regional. A “Cooperação Internacional Sul-Sul” entre os países periféricos, e entre esses e os semiperiféricos, é pautada por um novo padrão de relações internacionais, de ruptura com o modelo de cooperação Norte-Sul? Ou se trata apenas de uma nova modalidade de reprodução de um mesmo sistema de dominação? Em torno dessas questões, Danielle Regina Ullrich e Rosinha da Silva Machado Carrion comparam, em seu artigo, as bibliografias que caracterizam os dois modelos. “O modelo de cooperação Norte-Sul é pautado por uma lógica utilitária e de competição, no qual se pratica a transferência de conhecimento e tecnologia, de quem tem o saber para quem não tem saber. O que significa dizer: este modelo de cooperação pauta-se pelo modelo de dominação colonial ocidental/eurocêntrico”, afirmam as autoras. “Já no modelo de cooperação Sul-Sul os países periféricos e semiperiféricos estabeleceriam redes de cooperação e desenvolvimento que privilegiariam o reforço das capacidades entre os parceiros, via relações horizontais, em que ambos se beneficiariam [...]. Nesse sentido, a cooperação Sul-Sul seria pautada por uma lógica de reciprocidade, privilegiando a cooperação e a compreensão entre as pessoas, a solidariedade e o respeito à individualidade. A cooperação ocorreria em moldes participativos, dialógicos, compreendendo os diferentes sujeitos sociais, resgatando a dimensão política e de emancipação do sujeito”. Contudo, o modelo de cooperação Sul-Sul “é construído com base no regime de acumulação capitalista e em um mundo pautado pelas concepções dominantes do sistema-mundo, as quais, conforme anteriormente analisado, estruturaram o modelo de cooperação Norte-Sul”. Em função disso, para as autoras, “apesar das recursivas referências nos discursos dos cooperadores do Sul às preocupações de natureza social, nos parece temerário afirmar que de fato a ética social esteja se sobrepondo aos interesses econômicos”. Ao final de “Em análise a cooperação ‘Sul-Sul’: ruptura ideológica ou reprodução?”, as autoras defendem a realização de estudos empíricos sobre as práticas de cooperação internacional para o desenvolvimento Sul-Sul para “confirmar se esta modalidade de cooperação está, efetivamente, imbuída de uma lógica pautada

por uma relação dialógica, de proximidade e reciprocidade, respeitando a pluralidade de saberes e cultura locais”.

Duas discussões sobre conceitos dão sequência a este número de *Política & Sociedade*. Em “Ulrich Beck e a crítica ao nacionalismo metodológico”, Fabrício Barbosa Maciel analisa a produção teórica mais recente do autor alemão. Nela, Beck critica as categorias cognitivas e políticas com as quais se construiu a sociologia da desigualdade no século XX, e propõe a rearticulação teórico-empírica dos conceitos de desigualdade, trabalho e classe social, com o objetivo de relativizar a força política dos Estados nacionais sob o capitalismo globalizado. “A necessária mudança de perspectiva [...] pode ser construída, para Ulrich Beck, sobre três pontos de vista: (1) as classes sociais são apenas uma das formas históricas de desigualdade; (2) o Estado nacional é apenas um dos espaços históricos de significado; (3) o fim da sociedade de classes nacional não significa o fim da desigualdade social. Estes três aspectos da mudança social contemporânea levam Ulrich Beck a perceber que nós vivemos hoje a emancipação dos interesses econômicos em relação aos laços nacionais e suas instituições de controle. Isso significa a separação entre dominação e política”, observa Maciel.

Já em “A construção dos fundamentos conceituais da Economia Solidária”, Dyego de Oliveira Arruda e Milton Augusto Pasquotto Mariani revisam a bibliografia recente sobre essas experiências, cujos fundamentos se constroem “a partir de uma perspectiva de negação/adaptação dos próprios fundamentos do sistema capitalista”. Para os autores, “a economia solidária surge como uma forma de humanização do sistema capitalista, contrapondo os aspectos essencialmente utilitaristas deste sistema”, mas logo se converte em “mecanismo de política pública, não raro concebida de forma funcional às dinâmicas do sistema capitalista”.

Os últimos artigos desta edição relatam pesquisas originais em três áreas diferentes.

Os conflitos entre cinco famílias numa comunidade do interior de Pernambuco em 2009, que deixaram dezenas de mortos e produziram um ciclo de marginalização e empobrecimento, foram objeto da investigação de Leonardo Vilaça Dupin e Sheila Maria Doula, inspirada em Georg Simmel. Em “Famílias em questão: aspectos descritivos no sertão pernambucano”, os

autores analisam significados e efeitos de conflitos (“questões”) que constituem o modo como aquela sociedade se organiza em termos simbólicos. Reiterando estudos de Roberto DaMatta, os autores concluem que “os padrões de diferenciação social (hierarquias) que se estabelecem, diante do público que acompanha a *questão*, têm como base critérios outros que não exclusivamente os do plano econômico” e que, às famílias envolvidas, “muito mais temível se mostrava aos olhos locais a perda do respeito e da honra, que teria como consequência o enfraquecimento das relações pessoais”.

Dos conflitos no sertão, passemos no artigo seguinte aos conflitos planetários. Marrielle Maia Alves Ferreira analisa a grande estratégia desenhada pelas administrações George H. W. Bush, Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama, cobrindo o extenso período entre 1989 e 2012, com relação aos instrumentos de justiça internacional penal, com foco específico no Tribunal Penal Internacional. “As quatro administrações estudadas defendem o estabelecimento de tribunais *ad hoc* e mistos para o julgamento dos crimes contra o direito internacional, especialmente os cometidos por indivíduos provenientes dos chamados *rogue states* e *failed states*”, observa a autora de “A grande estratégia dos Estados Unidos para o Tribunal Penal Internacional no pós-Guerra Fria”. “No que se refere ao Tribunal Penal Internacional, tanto a administração democrata (representada pelos governos de Bill Clinton e de Barack Obama) como a republicana (representada pela administração George W. Bush) se manifestaram contrárias à ideia do estabelecimento de um sistema de justiça penal internacional permanente com característica de supranacionalidade”. As justificativas para a recusa do Estatuto do Tribunal Penal Internacional foram idênticas nas três administrações. “No entanto, na administração W. Bush, considerando o enorme contingente militar norte-americano em operações de paz e intervenções armadas e que o Tribunal Penal Internacional tem jurisdição sobre indivíduos de Estados não membros, o instrumento de justiça internacional passou a ser visto como uma ameaça”.

O artigo que fecha esta edição é uma leitura histórica da estrutura de privilégios da sociedade francesa. Em “Os limites do Absolutismo: tributação e representatividade no *Ancien Régime*”, Tiago Nasser Appel e Armando Dalla Costa argumentam que o padrão de relações entre a coroa e a elite na França impediu a consolidação de uma assembleia representativa que pudesse se organizar como “classe” para exigir reformas em troca de mais taxaço. “Em outras

palavras, a incapacidade de a elite se organizar em volta da questão tributária – já que cada parte da elite tinha uma relação tributária específica para com o Estado – impediu que se constituísse um palco oficial de troca de direitos e obrigações, chamado parlamento, palco este que facultou à Inglaterra a transição precoce à sociedade moderna”, afirmam os autores. “A ausência de uma instituição representativa permanente – que facilitasse a barganha política entre coroa e elite – impediu que os sucessivos monarcas franceses mobilizassem na forma de impostos e dívida parcela do produto nacional correspondente com as suas ambições de política externa (guerras)”.

Ary Cesar Minella
Jacques Mick
Editores